

**COMUNIDADES INDÍGENAS NO LITORAL DO PARANÁ E OS CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA**

**INDIGENOUS COMMUNITIES ON THE COAST OF PARANÁ AND SOCIO-
ENVIRONMENTAL CONFLICTS: A SYSTEMATIC REVIEW**

Suelena Cristina Moro¹
José Ronaldo Mendonça Fassheber²
Sandro Valdecir Deretti Leme³

RESUMO

Os conflitos socioambientais têm afetado profundamente as comunidades indígenas no litoral do Paraná. Diante da importância dos povos originários, o objetivo da presente revisão sistemática foi promover um levantamento e analisar o conteúdo das produções científicas relativas aos conflitos socioambientais e às comunidades indígenas, nos últimos cinco anos, afim de que se possa subsidiar futuras discussões e novas pesquisas científicas sobre a temática. A coleta de dados foi realizada nas bases de dados do Scielo, Web of Science e Scopus, através de combinações de descritores em português e inglês. Ao final, foram selecionados e analisados 8 artigos. Foi possível aferir a existência de poucos estudos em relação as comunidades indígenas e os conflitos socioambientais no litoral do Paraná. A análise dos estudos mostrou que existem inúmeras lacunas para novos estudos sobre políticas públicas. A primeira delas diz respeito ao Estado que não cumpre com o seu papel de provedor da assistência e garantia de serviços de qualidade no atendimento humanizado e necessário em comunidades indígenas. A segunda lacuna evidente é a ausência de estudos que se dedicassem a escutar e dar voz ao que os líderes e os moradores das comunidades indígenas têm a falar sobre os problemas por elas vivenciadas e a percepção que elas têm de si mesmas como

¹ Advogada, Mestranda do Programa de Mestrado em Ambientes Litorâneos e Insulares PPG-ALI – Universidade estadual do Paraná, Campus de Paranaguá.

² Antropólogo, Professor Doutor do Programa de Mestrado em Ambientes Litorâneos e Insulares PPG-ALI – Universidade estadual do Paraná, Campus de Paranaguá.

³ Administrador, Professor Doutor do Programa de Mestrado em Ambientes Litorâneos e Insulares PPG-ALI – Universidade estadual do Paraná, Campus de Paranaguá.

comunidade, buscando compreender os contextos decorrentes da fragilidade social, do abandono e da inter-relação com os conflitos socioambientais.

Palavras-chave: povos originário. Guarani M'byá. Aldeamento. Meio ambiente. Valores da floresta.

ABSTRACT

Socio-environmental conflicts have profoundly affected indigenous communities on the coast of Paraná. Given the importance of indigenous peoples, the objective of this systematic review was to promote a survey and analyze the content of scientific productions related to socio-environmental conflicts and indigenous communities in the last five years, so that future discussions and new scientific research can be supported. about the theme. Data collection was carried out in the Scielo, Web of Science and Scopus databases, through combinations of descriptors in Portuguese and English. In the end, 8 articles were selected and analyzed. It was possible to verify the existence of few studies regarding indigenous communities and socio-environmental conflicts on the coast of Paraná. The analysis of the studies showed that there are numerous gaps for further studies on public policies. The first of them concerns the State that does not fulfill its role of providing assistance and guaranteeing quality services in the humanized and necessary care in indigenous communities. The second evident gap is the absence of studies dedicated to listening and giving voice to what the leaders and residents of indigenous communities have to say about the problems they experience and the perception they have of themselves as a community, seeking to understand the contexts arising from social fragility, abandonment and the interrelationship with socio-environmental conflicts.

Keywords: original peoples. Guarani M'byá. Village. Environment. Forest values.

1 INTRODUÇÃO

A colonização da América Latina historicamente ocorreu por meio de conflitos abertos entre países europeus que competiam por riquezas, procurando terras e bens naturais para se apropriar. Os relatos destes conflitos remetem ainda ao período de Cristóvão Colombo com as disputas violenta por territórios, as populações originárias eram minoritárias, e despreparados

para este embate foram escravizadas pela desigualdade de armas, submetidas aos crivos dos dominadores que se serviam dos índios como mão de obra barata e submissa a geração de riqueza (BATAILLON,1954).

A colonização Brasileira também ocorreu semelhante aos outros países da América Latina com o europeu se sobrepunhando os povos já existentes conforme relatado por Machado (2021), e de imediato também iniciou a apropriação das riquezas das florestas e do solo, situação que mais de 500 anos posteriormente ainda ocorre no Brasil, com a invasão das terras indígenas com o objetivo de riqueza, sendo que conforme Margarida e Martins (2019) e Moro e Fassheber (2023) estes atos resultam em novos e antigos conflitos socioambientais em número e gravidade tão severos como no período da colonização.

Inúmeros são os conflitos socioambientais que ocorrem nas comunidades indígenas. Cuadra (2015) descreve que conflitos socioambientais podem ser definidos como disputas envolvendo o uso, acesso e posse de recursos naturais e serviços ambientais por grupos que possuem diferentes poderes e interesses, e defendem diferentes concepções sobre a gestão de bens públicos e são originalmente baseados em aspectos materiais e tangíveis, eles também envolvem discursos diferentes em termos dos valores e significados que esses atores atribuem aos recursos dentro de um determinado contexto.

A resolução de conflitos socioambientais, segundo Brito et al. (2011) não tem ocorrido de forma satisfatória e se apresenta prejudicial à sociedade e, ao próprio ambiente, pois não garante igual peso aos diferentes interesses, não apenas em relação ao poder entre as partes, que é inteiramente desproporcional mas, sobretudo, porque os detentores da riqueza têm objetivos definidos e claros e os representantes comunitários têm interesses heterogêneos e, geralmente, não possuem técnica, conhecimento ou habilidade administrativa, jurídica e política para a luta igualitária na resolução do conflito, desta forma Brito et al. (2011) afirma que:

“Os conflitos sociais estão presentes e são inerentes as sociedades humanas, independente do contexto histórico e do espaço geográfico, estes nem sempre se mostram negativos e se tornam importantes para o crescimento e desenvolvimento das sociedades. No século XXI o conflito

que se apresenta com maior evidência se relaciona ao uso e preservação (e ou conservação) dos recursos naturais, denominado conflitos socioambientais, são fundamentais por conter nas suas análises a discussão da permanência da humanidade no planeta. A natureza faz parte dos interesses difusos, isto é, cada indivíduo gostaria que os recursos naturais fossem preservados/conservados, porém, poucos adotam estas ações como preponderantes em suas atividades socioeconômicas, aumentando a pressão sobre a natureza e a escassez de bens naturais se torna iminente”.

Desde suas origens, a ciências em contexto geral estudam o fenômeno dos conflitos relacionando-o às pesquisas sobre fatores de mudança ou de conservação, de certa ordem social, relacionado esta questão com a natureza e seus usos. Segundo Little (2006), são muitos os grupos sociais que lutam pela legitimação de suas formas de uso e acesso aos bens ambientais, assim como pelo reconhecimento de seus saberes e identidades. Dentre estes grupos se evidenciam os povos indígenas, que têm sido alvo de constantes ataques de agressores, por parte de invasores de terras, extrativistas de suas florestas, empresas e até mesmo o próprio Estado. Assim, é possível conceituar segundo Little (2006) e Santana e Magalhães (2022), não de forma definitiva, que conflitos socioambientais são os embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento, isto é, com seus respectivos meios social e natural e suas formas de vida e relação com a natureza, onde pode ocorrer a apropriação indevida ou a expropriação, na maioria das vezes, relacionando a busca por riquezas ou poder.

Os conflitos socioambientais assombram constantemente a população indígena no Brasil, que está composta por 817 mil indígenas autodeclarantes espalhados por todo território nacional. Segundo Moro e Fassheber (2023) existem 305 povos indígenas, sendo que em muitos casos, o respeito às culturas indígenas é um desafio porque a inserção de hábitos, serviços ou cultura dos brancos pode significar uma verdadeira agressão à coletividade indígena e suas formas de vivência na natureza (IBGE, 2010). De acordo com Santana e Magalhães (2022), a garantia da vivência dos povos indígenas e a consequente dignidade à vida, é resultante da articulação entre os direitos à terra, à água, à natureza em harmonia com as culturas locais e o ambiente de vivência, o que nem sempre são respeitados.

O litoral do Paraná apresenta um cenário complexo similar ao descrito para o Brasil quando se refere aos povos indígenas. Nesta região, os conflitos socioambientais, segundo

Pigozzo et al. (2018), resultam de diversos fatores, dos quais se destacam: 1) a coexistência de distintas práticas de apropriação social e cultural do mundo material; 2) existência de grandes áreas recobertas por unidades de conservação; 3) impactos negativos das ações humanas nos meios biofísicos, como contaminação de ambientes, esgotamento dos recursos naturais e degradação dos ecossistemas, invasão, extrativismo e construção de estradas nas áreas pertencentes as comunidades indígenas. Agravando este cenário, não se conhece de forma aprofundada os conflitos socioambientais que permeiam as comunidades indígenas no litoral do Paraná (PIGOSSO et al, 2018).

Diante da importância das comunidades indígenas no litoral do Paraná, o objetivo da presente revisão sistemática foi promover um levantamento e analisar as produções científicas relativas aos conflitos socioambientais e as comunidades indígenas dos últimos cinco anos, buscando-se subsidiar futuras discussões e novas pesquisas científicas sobre a temática.

2 METODOLOGIA

O estudo trata de uma revisão sistemática relacionando literatura científica no formato de artigo científicos publicados em revistas especializadas (PEREIRA, 2010; GHIGLIONE, 2022) tendo como foco prioritário a investigação sobre os conflitos socioambientais dentro das comunidades indígenas no litoral do Paraná.

O recorte temporal foi dos últimos cinco anos, para que pudesse conhecer a situação vivenciada nesta região, e se houve alteração na condição das comunidades com a mudança nos governos Estadual e Federal.

A execução da pesquisa foi realizada com a abordagem quali-quantitativa, a partir das palavras-chaves descritoras evidenciadas no objetivo de pesquisa.

Inicialmente o levantamento das informações foi realizado nas plataformas de periódicos científicos como a Scielo, Web of Science e Scopus, uma vez que são encontrados nesses locais, relevantes periódicos de diferentes áreas de conhecimento do Brasil e de outros países.

Após essa fase, devido ao reduzido número de trabalhos encontrados, a pesquisa foi ampliada para a plataforma do e Google acadêmico (scholar Google).

A pesquisa foi realizada entre novembro de 2022 até fevereiro de 2023, com descritores em português e, posteriormente em inglês, tendo sido realizado em duplas ou trios (Quadro 1).

Quadro 1. Resumo da busca dos descritores utilizados em quatro plataformas *online* com base de dados de artigos científicos publicados nos últimos cinco anos.

Plataforma	Descritores em português e inglês	Artigos publicados nos últimos 5 anos
Scielo	Comunidades indígenas	1208
	Comunidades indígenas e conflitos socioambientais	4
	Comunidades indígenas e litoral do Paraná	2
	Mbya Guarani	18
	Mbya Guarani e litoral do Paraná	0
	Mbya Guarani e conflitos socioambientais e litoral do Paraná	0
	Artigos analisados na revisão sistemática	4
	Artigos usados na discussão	4
Web of Science e Scopus	Indigenous communities	964
	Indigenous communities and socio-environmental conflicts	2952
	Indigenous communities and coast of Paraná	10
	Mbya Guarani	2
	Artigos analisados na revisão sistemática	0
Scholar google	Comunidades indígenas e conflitos socioambientais	15400
	Comunidades indígenas, conflitos socioambientais e litoral do Paraná	24
	Mbya Guarani e conflitos socioambientais	21
	Mbya Guarani e litoral do Paraná	11
	Artigos analisados na revisão sistemática	32
	Artigos usados na discussão	8

O uso da palavra-chave inicial de pesquisa na plataforma Scielo por pesquisas científicas foram: “comunidades indígenas” e “conflitos socioambientais” em todos os índices, sendo que foram selecionados para análise 36 estudos, deste total foram excluídos 24 artigos, por não apresentar relação de fato com o litoral do Estado do Paraná.

Após essa primeira fase de seleção, restaram 8 artigos que, além das informações analisadas, também foram usados na fase de discussão do presente estudo, sendo necessário destacar que, os artigos que estavam disponíveis na plataforma Scielo (4 artigos) também foram encontrados na plataforma Google Scholar.

Posteriormente, foi realizada também uma busca usando o descritor “Mbya” e

“indígenas guaranis”, em todos os índices da plataforma, porém não houve artigos novos encontrados que fossem diferentes dos artigos encontrados e já relatados.

Por fim, foi feita a busca idêntica, anteriormente descrita nas plataformas Scopus e Science Direct (Web of Science e Scopus) com os descritores “Indigenous communities”, “socio-environmental conflicts”, “coast of Paraná” e “Brazil”, também com recorte temporal dos últimos 5 anos, mas não foram encontrados novos artigos que pudessem ser selecionados para a análise.

Após a seleção dos artigos, para a análise de conteúdo, os mesmos foram categorizados por similaridades em torno dos interesses pesquisa agrupando de forma abrangentes em temáticas relacionadas aos conflitos ambientais nas comunidades indígenas.

Durante a leitura sistemática para a construção da base para análise de artigos, foram encontrados apenas oito artigos relacionados a temática, preparou-se o corpus textual para a análise de seu conteúdo, conforme os parâmetros necessários para se utilizar o software chamado IRAMUTEQ – interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires para investigação dos seus conteúdos léxicos, nesta fase foi elaborada a nuvem de Palavras.

A nuvem de palavras é um recurso bastante interessante que permite visualizar em um plano de fácil assimilação qual é o contexto geral no qual o corpus texto está definido, sendo bastante intuitiva a sua compreensão. Nota-se na figura que os termos inseridos como buscadores (string) nas ferramentas de busca de literatura nas plataformas do Portal de Periódicos da CAPES estão ao centro, indicando a sua recorrência também ao longo do corpus textual. Sendo assim, os termos “indígena”; “território”; “estudo ambiental” e “tradicional” indicam que os trabalhos selecionados para este estudo tratam de aspectos ligados à territorialidade dos povos indígenas como povos tradicionais de localidades. Por outro lado, termos como “empreendimento” e “conflito” dão pistas de que estudos já foram elaborados para averiguar eventuais choques de interesses entre atividades econômicas no entorno de terras indígenas, o que por sua vez, impactam as condições de vida destas comunidades tradicionais.

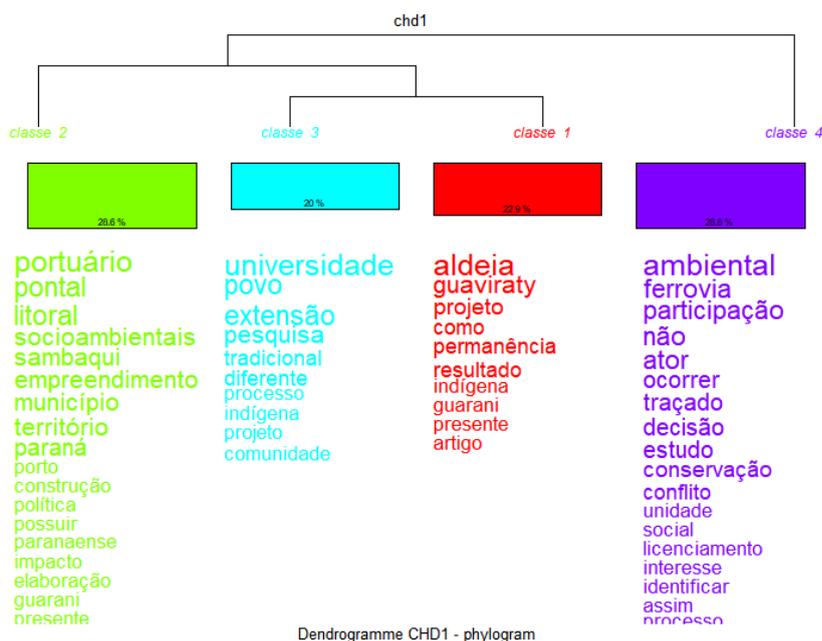
Figura 1: Nuvem de Palavras.

Palavras	Classe	Chi quadrado	Significância
Aldeia	1	29.53	<0.0001
Guaviraty	1	15.24	0.0049
Projeto	1	7.88	0.0155
Portuário	2	14.58	0.00013
Pontal	2	10.64	0.0011
Litoral	2	10.64	0.0011
Socioambientais	2	8.2	0.0041
Sambaqui	2	8.2	0.0041
Empreendimento	2	7.88	0.0050
Território	2	7.56	0.0059
Município	2	7.56	0.0059
Universidade	3	18.06	<0.0001
Povo	3	14.46	0.0001
Extensão	3	13.12	0.0002
Pesquisa	3	9.85	0.0016
Tradicional	3	4.07	0.0435
Ambiental	4	17.65	<0.0001
Ferrovia	4	11.29	0.0007
Participação	4	11.29	0.0007
Decisão	4	8.2	0.0041
Estudo	4	7.88	0.0050
Conservação	4	4.77	0.0289

Assim como se observa na Tabela 1, o dendrograma apresentado na Figura 02 observa-se que a Classificação Hierárquica Descendente realizada definiu 4 classes com representatividade suficiente para se realizar uma análise consistente. Essas classes (categorias) de palavras originam-se da correlação semântica encontrada entre os segmentos de textos definidos. A classe 1 (22,5%); a classe 2 (28,6%); a classe 3 (20%) e a classe 4 (28,6%), informando que os segmentos de textos estão uniformemente distribuídos em torno das linhas de ideias centrais identificadas pelo programa, sem que haja predominância significativa de umas sobre as outras. Essas 4 classes foram divididas em 2 grupos interligados, um contendo as classes 2, 3 e 1; e outro com 4. As classes 1 e 3 estão interligadas, onde pode-se perceber as palavras aldeia, guaviraty, projeto (classe 1) e universidade, povo, extensão, pesquisa e tradicional (classe 3) como significativas ao teste de chi-quadrado (vide tabela 1). Estes termos dizem respeito, majoritariamente aos artigos 8 e 4 (descrição quadro 01). Já os termos presentes na classe 2, trazem inferências relativas aos artigos 1 e 6 (descrição no quadro 01). Por fim, na

figura 02 referente à CHD, temos a classe 4, a qual aparece isolada no outro extremo da imagem. Os termos significativos ao teste de chi quadrado nesta classe remetem principalmente aos estudos desenvolvidos nos artigos 2, 3 e 6.

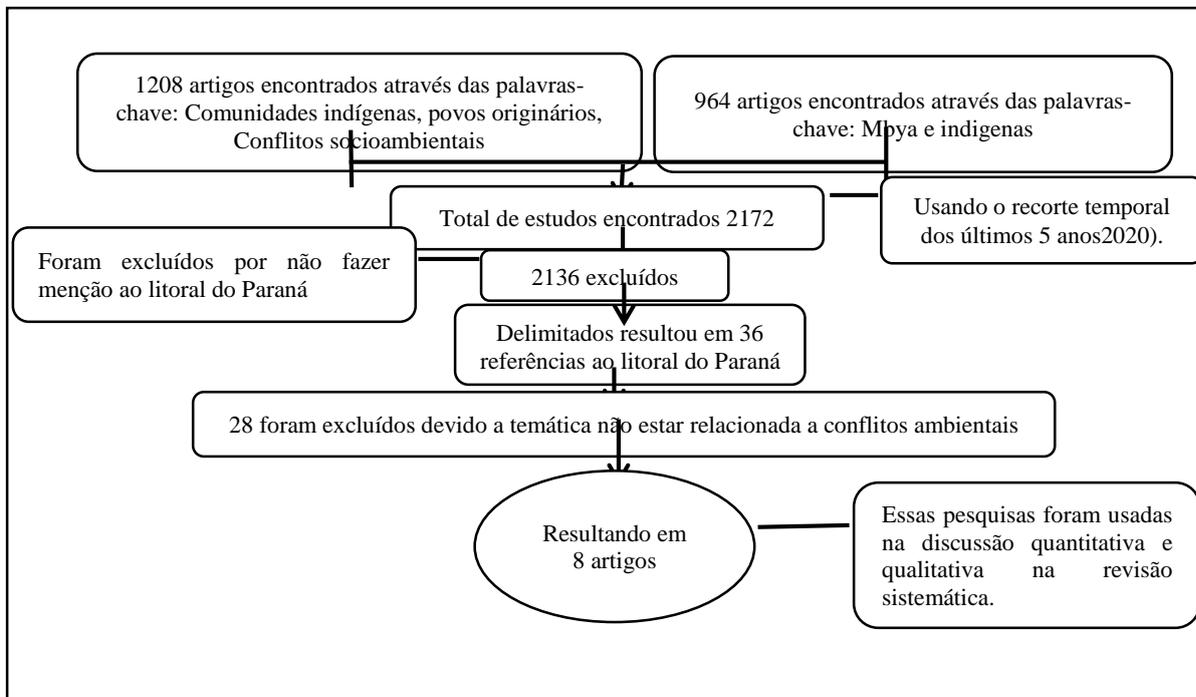
Figura 02. Dendrograma do corpus textual analisado.



3 RESULTADOS

Apesar da grande quantidade de artigos encontrados relacionados aos conflitos ambientais e as comunidades indígenas, o resultado da pesquisa com o uso dos descritores denotou um número pequeno de artigos relacionados ao litoral do Paraná (FIGURA 3).

Figura 3. Representação sistemática do percurso metodológico do processo da revisão sistemática.



A revisão mostrou as publicações relacionadas à temática da revisão sistemática de conteúdo abrangiam vários periódicos científicos diferentes oriundos de diversas áreas do conhecimento (Quadro 1), mas foi possível observar que 50% dos estudos estavam relacionados a construção de uma possível nova estrada que dará acesso ao porto de Pontal do Paraná.

Quadro 2: Características dos estudos selecionados e incluídos na revisão sistemática para análise e discussão.

Comunidades indígenas	Território Guarani Sambaqui e o Complexo Portuário em Pontal do Paraná: injustiças socioambientais no ordenamento territorial	Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas v.14 n.3 p. 30-56, 2020	Liz Meira Góes Thomas Parrili Carina Catiana Foppa	- Categoriza os conflitos socioambientais em relação ao complexo portuário - Alerta para os impactos sociais e ambientais que não foram considerados nas especificidades das cosmologias do povo Guarani - Destaca que foi omitido a presença desses grupos, nos momentos de consulta previa construção de estradas - Descreve necessidade de ampliar pesquisas a territorialidades que compõem a cosmologia Guarani - Alerta sobre a inoperância do estado na proteção indígena
Conflitos socioambientais				
Litoral do Paraná				
Artigo 01				

1. Mbyá Guarani 2. 3. 4. 5. Artigo 02	Direitos Indígenas, Território e resistência: notas em torno de uma Aldeia Mbyá Guarani no Litoral do Paraná.	RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 5, 2019.	6. Alana Pinto Margarida 7. Patricia Martins	8. - Relata os conflitos com a construção do porto e da estrada 9. - Relata a influência do liberalismo e da busca pelo lucro sem respeito as comunidades 10. - Relata a necessidade da garantia do direito indígena de existir e sobreviver na plenitude de seus projetos individuais e coletivos de vida atuem de maneira legal nos locais onde vivem, e que seus territórios sejam respeitados.
11. Conflitos socioambientais 12. 13. 14. 15. Artigo 16. 17. 03	O discurso dos atores sociais envolvidos em um conflito socioambiental no litoral do Paraná à luz da ecologia política	Revista Política e Planejamento Regional, v.8, n. 3, p.480-501, 2021.	Sandra Dalila Corbari Natália Tavares de Azevedo 18. Carlos Alberto Cioce Sampaio	19. - Relata a desigualdade e à assimetria entre as diferentes concepções de desenvolvimento, e descreve que as comunidades não detêm o protagonismo da resistência na arena do conflito. 20. - Alerta sobre os conflitos socioambientais ligados à territorialização industrial e portuária, que têm relação direta com outros processos de injustiça socioambiental e de desigualdade ambiental.
21. Conflitos socioambientais 22. Litoral do Paraná 23. 24. 25. Artigo 26. 04	27. Conflitos ambientais no litoral norte do Paraná: um mapeamento preliminar 28.	Guaju, v. 4, n. 1, p. 107-125, 2018.	29. Ariane Maria Basilio 30. Jandaira dos Santos Moscal Jackson Goldbach 31.	32. Ausência/irregularidade na demarcação de território tradicional 33. Falta de saneamento básico 34. Invasão para o extrativismo ilegal de palmito das reservas 35. Necessidade de mediação de conflitos que concilie as práticas culturais das populações com as normativas ambientais
36. Conflitos socioambientais 37. Litoral do Paraná 38. 39. 40. 41. Artigo 42. 05	43. Olhar, ouvir e escrever: por uma etnografia dos deslocamentos indígenas em uma aldeia Mbyá Guarani no litoral do Paraná 44.	Ciência é minha praia, v. 4, n. 1, 2018	45. Everton Pereira Leite 46. Joel Manasses Filho Vinícius dos Santos Palenske Antônio João Galvão de Souza	47. Relata as adversidades por que têm passado as comunidades em especial o assédio da especulação imobiliária 48. Descreve os impactos da rodovia de acesso ao futuro porto do município de Pontal do Paraná e as modificações na vida das aldeias

Conflitos socioambientais Artigo 06	Experiências do projeto ecologia de saberes com povos e comunidades tradicionais do paraná	Ethnoscintia-Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology, v. 7, n. 2, p. 132-154, 2022.	Carina Catiana Foppa Fernanda Felix1, Liz Meira Góes	- Conflitos educacionais e seus reflexos no futuro das comunidades - A urgência em valorizar a oralidade, as língua(gen)s, cosmologias e temporalidades, dos conhecimentos tradicionais marginalizados pela Ciência Moderna. Alerta para a necessidade de políticas afirmativas do fazer pesquisa e extensão pelas Universidades.
Conflitos socioambientais Litoral do Paraná Artigo 07	Licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura e a conservao da natureza no litoral do paraná: acordos e invisibilidades no caso da ferrovia Lapa-Paranaguá	Guaju, v. 7, n. 1, p. 232-256, 2021.	Liz Meira Góes Cristina Frutuoso Teixeira Luiz Francisco Ditzel Faraco Carina Catiana Foppa	- Invisibilidade dos povos indígenas - Não participao da discussão dos empreendimentos que geram danos ambientais em especial novas construes.
Conflitos socioambientais Litoral do Paraná Artigo 08	Conflito socioambiental: o caso da comunidade tradicional do Maciel frente  ameaça industrial e portuária em pontal do Paraná, litoral paranaense	RealizAo, v. 5, n. 9, p. 06-13, 2018.	Érica Vicente Onofre Matheus Santana Antiquera Juliana Quadros	- Infrao da Conveno 169 da OIT, a Constituio Federal de 1988 e a Estadual do Paraná, as políticas nacionais, no âmbito do direito territorial das populaes tradicionais e indígenas - sugere a regularizao fundiária, e a possibilidade de elaborao de políticas públicas para comunidades tradicionais e indígenas para contrapor as às manobras sistmicas do capitalismo global e lógicas neodesenvolvimentistas.

As similaridades mais evidenciadas nestes 8 artigos, no que tange aos conflitos ambientais, estão relacionadas  questão da construo da nova estrada que prevê um trecho presente dentro das terras indígenas. Segundo estes estudos, o projeto de construo desta estrada, da maneira em que está, poderá ocasionar inúmeros danos, sendo essa questão, citada 4 dos 8 trabalhos analisados (LEITE et al., 2018; MARGARIDA MARTINS, 2019; GÓES et al., 2020; CORBARI et al., 2021).

A necessidade de preservao dos territórios existentes foi relevante porque 7 dos 8 trabalhos analisados faziam meno a essa questão (BASILIO et al., 2018; LEITE et al., 2018; ONOFRE et al., 2018; MARGARIDA, MARTINS, 2019; GÓES et al., 2020; CORBARI et al., 2021; GÓES et al., 2021).

A revisão sistemática revelou que as pesquisas relacionadas ao litoral do Paraná tinham o propósito de identificar e debater situaes relacionadas direta ou indiretamente aos conflitos ambientais, assim como, os impactos desses fenmenos.

Dentre os 8 artigos selecionados para este estudo, identificou-se que as comunidades indígenas foram ouvidas em apenas 2 trabalhos. Cabe destacar que os autores destes 8 estudos buscaram diversas fontes para entrevistas, mas os gestores de órgãos públicos e de ONGs, receberam maior ateno, sendo estes públicos abordados em 4 estudos; e outros estudos foram realizados com base em pesquisa documental e outros dados secundários. Assim, ficou

evidenciado que existem poucos estudos que abordem e investiguem os conflitos ambientais relacionados as comunidades indígenas no litoral do Paraná. O recorte obtido neste aspecto evidencia também que poucos estudos gerados orientam ou auxiliam em estratégias que possam ser efetivas na garantia dos direitos dos povos originários.

Os recursos metodológicos que orientaram a realização das pesquisas foram variados, dentre eles, ressalta-se o estudo exploratório qualitativo (BASÍLIO et al., 2018; MARGARIDA, MARTINS, 2019; CORBARI et al., 2021; GÓES et al., 2021), pesquisa ação (BASÍLIO et al., 2018; LEITE et al., 2018; FOPPA et al., 2022), estudo de corte transversal, comparativo e analítico (ONOFRE et al., 2018; GÓES et al., 2020).

Para a efetivação dos procedimentos metodológicos foram utilizados instrumentos de coletas de dados, como a entrevista semiestruturada (BASÍLIO et al., 2018; MARGARIDA, MARTINS, 2019; GÓES et al., 2020; CORBARI et al., 2021; GÓES et al., 2021) complementada por fontes documentais, dados secundários e entrevista aberta com lideranças (BASÍLIO et al., 2018; ONOFRE et al., 2018; MARGARIDA, MARTINS, 2019; GÓES et al., 2020; CORBARI et al., 2021; GÓES et al., 2021; FOPPA et al., 2022).

No que tange às formas de análise dos dados primários obtidos nos estudos observados, foram percebidas diversas formas de avaliação, porém a análise qualitativa foi descrita pela maioria dos autores (BASÍLIO et al., 2018; ONOFRE et al., 2018; MARGARIDA, MARTINS, 2019; FOPPA et al., 2022), que também tiveram registros a análise de conteúdo de Bardin (GÓES et al., 2020; GÓES et al., 2021) a análise qualitativa dialógica (LEITE et al., 2018) e a análise textual discursiva (CORBARI et al., 2021).

4 DISCUSSÃO

Os conflitos socioambientais relacionados às comunidades indígenas, especificamente, no litoral do Paraná são marcados pelo desrespeito em quase todas as esferas dos Direitos Humanos pois atentam contra a dignidade deste grupo tão fragilizado pelos anos de esquecimento social sob diversas formas, tais como a falta de atendimento à saúde, a inexistente preocupação em relação à educação, alimentação e moradia indígena, total ausência de projetos de valorização da cultura indígena. Por outro lado, as invasões e a falta, de

demarcação de terras indígenas, conforme citado por Pigosso et al. (2018) Margarida e Martins (2019) e Moro e Fassheber (2023). Não obstante nos últimos cinco anos, esses conflitos praticamente não foram debatidos pela ciência, haja visto o pequeno número (oito) de artigos publicados sobre os indígenas nessa região.

Atualmente, além de vivenciar inúmeros problemas e conflitos, é possível perceber que as comunidades indígenas, de certa forma, sofrem pelo abandono da ciência que tem a função de relatar as reais situações vivenciadas nessas comunidades, e as relações de causa e efeito destas vidas em relação ao mundo externo as aldeias. Essa situação pode estar ocorrendo devido ao limitado grupo de estudantes, pensadores e cientistas que se dedicam aos estudo dos povos originários, e segundo Honorato et al. (2022), poucos cientistas promovem estudos para debater a múltiplas questões conflituosas vivenciadas pelos originários do Brasil.

No contexto dos conflitos socioambientais, foi constatado que, a principal preocupação dos autores era referente ao projeto de construção da estrada para atender as demandas do porto de Pontal do Paraná. Esta questão é um relevante tema a ser analisado dado que, esta construção provocará significativo desmatamento, gerará impactos sociais e ambientais que nem sempre são considerados nos projetos de mudança; as especificidades das cosmologias do povo Guarani, que se alimenta da floresta e, também, dos animais que na floresta vivem. Destaca-se que, é justamente na floresta a ser desmatada que está a garantia do direito indígena de existir e sobreviver, de forma plena com sua individualidade e coletividade, nos locais onde vivem desde a ancestralidade e que seus territórios sejam respeitados.

Os muitos conflitos existentes no litoral do Paraná em relação as comunidades indígenas não são sequer citadas nos estudos analisados ou recebem apenas menção da existência sem discussões e proposições aprofundadas. Apesar dos estudos dissertarem sobre a construção da estrada e a diminuição do território indígena, é preciso esclarecer que apesar de ocuparem uma porcentagem territorial reduzida, as comunidades indígenas estão constantemente sendo ameaçadas de invasão por fazendeiros, madeireiros, extrativistas e outras ocupações que visam retirar da natureza as riquezas naturais com objetivo exclusivo de gerar

lucro, implantando nas famílias indígenas, pânico e medo diário, ficando em alerta permanentemente, por conta dos invasores. Todo esse contexto está associado à falta de demarcação das terras indígenas, atribuição determinada pela Constituição Federal, de forma administrativa e de responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que é um órgão federal que tem a missão de coordenação e execução da política indigenista no Brasil. A FUNAI é a instituição que deveria atuar em prol da defesa dos interesses e necessidades indígenas, especialmente na questão da demarcação das terras, porém, contrário à sua missão, em processo de desmonte e sem corpo técnico suficiente diante da política pública neoliberal implementada no país nos últimos quatro anos, a FUNAI não consegue executar o seu trabalho, e não incomum, atuou em muitos casos em desfavor dos interesses indígenas.

Ao longo das últimas décadas, diversos processos judiciais relativas as terras indígenas ocorreram em todo o Brasil inclusive no Paraná e, muito se discute sobre as ocupações, delimitações, invasões, e extrativismo ilegal, em terras de ocupação indígenas, no entanto, um processo em específico está nas mãos do Supremo Tribunal Federal, chamado de ‘marco temporal’ em que discute sobre o momento determinado da ocupação dos indígenas no território Ibirama Laklanõ no estado de Santa Catarina, em que madeireiros alegam ser de sua propriedade, doando ao Instituto de Meio Ambiente sendo implementado uma reserva ambiental, em área anteriormente identifica em estudo antropológico pela FUNAI, e declarado como terra indígena pelo Ministério da Justiça. Desta forma, está em pauta este julgamento gerando repercussão geral, aguardando que o STF defina o futuro dos povos indígenas, posto ser esta corte, a guardiã da Constituição Federal.

O marco temporal, de forma simplista, é compreendido como uma tese jurídica que busca restringir os direitos constitucionais a posse das terras indígenas, em que pretende reconhecer direito a permanecer em suas terras, os índios que estavam em sua posse até a promulgação da Constituição Federal em 05 de outubro de 1988. Àqueles que não estavam, teriam que comprovar a existência de disputa judicial referente a posse na mesma data da promulgação. Ignorando totalmente a existência anterior dos originários nas terras brasileiras, e esquecendo que antes de 1988, os povos indígenas eram tutelados pelo Estado não tendo

autonomia de ingressar com ação judicial. Apesar dos povos indígenas terem o direito a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições espirituais consagrados pela Carta Magna, com a aceitação da tese do marco temporal, todo direito reconhecido aos povos indígenas, será destruído, essa situação precisa de maior e amplo debate pela ciência.

A atenção e a questão dos conflitos socioambientais é dever do Estado brasileiro, situação confirmada por Moro e Fassheber (2023), que alertam que o Estado deve implementar projetos de desenvolvimento, que envolvam as comunidades indígenas em seu território, mas que respeitem também seus costumes, tradições e identidade cultural (BRASIL, 1988), contrariamente a isso e de forma histórica, incluindo serviços públicos básicos, como educação, saúde, e previdência.

A negação por parte do poder público da necessidade de atendimento diferenciado a esse grupo de pessoas, que necessita de profissionais capacitados para lidar com situações extremadas de pobreza. Assim, é possível perceber nos estudos analisados que existem inúmeras lacunas, e o Estado não cumpre com o seu papel de provedor da assistência e garantia de serviços de qualidade no atendimento humanizado e necessário em comunidades indígenas.

Os estudos buscavam dissertar sobre questões específicas e, embora sejam todos relevantes, poucos se dedicaram a escutar os líderes e os moradores das comunidades indígenas. Defender a necessidade de dar voz a essas pessoas sobre os problemas por elas vivenciadas e a percepção que elas têm de si em relação a esses problemas, buscando compreender os contextos decorrentes da fragilidade social e do abandono, se faz questão das mais importantes neste campo de estudo.

A escassez dos recursos públicos, a ineficiência da justiça, a incipiência de políticas públicas ao atendimento, a dificuldade de pesquisadores para trabalhar com esse grupo de pessoas não faz ocorrer os direitos que deveriam ser garantidos por lei a essas comunidades e necessitam de novos e aprofundados estudos relacionando essas questões com os conflitos socioambientais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível aferir a existência de poucos estudos em relação as comunidades

indígenas e os conflitos socioambientais no litoral do Paraná, e a análise dos estudos mostrou que existem inúmeras lacunas para novos estudos sobre políticas públicas porque o Estado não cumpre com o seu papel de provedor da assistência e garantia de serviços de qualidade no atendimento humanizado e necessário em comunidades indígenas.

Não foram encontrados que se dedicava a escutar e dar voz o que os líderes e os moradores das comunidades indígenas sobre os problemas por elas vivenciadas e a percepção que elas têm de si buscando compreender os contextos decorrentes da fragilidade social, do abandono e da inter-relação com os conflitos socioambientais.

REFERÊNCIAS

BATAILLON, M. Novo mundo e fim do mundo. **Revista de história**, v. 8, n. 18, p. 343-351, 1954.

BRITO, D. M. C.; BASTOS, C. M. C. B.; DE FARIAS, R. T. S.; BRITO, D. C.; DIAS, G. A. D. C. D. Conflitos socioambientais no século XXI. **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP Macapá**, n. 4, p. 51-58, dez. 2011.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CORBARI, S. D.; AZEVEDO, N. T.; SAMPAIO, C. A. C. O discurso dos atores sociais envolvidos em um conflito socioambiental no litoral do Paraná à luz da ecologia política. **Revista Política e Planejamento Regional**, v.8, n. 3, p. 480-501, 2021.

CUADRA, F. Indigenous people, socio-environmental conflict and post-development in Latin America. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, p. 23-40, 2015.

GHIGLIONE, F. Desarrollo rural en Argentina y latinoamérica: problemáticas y debates actuales. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação**, v. 4, n. 2, p. 24-31,

2022.

FOPPA, C; FELIX, F; GÓES, L. M. Experiências do projeto ecologia de saberes com povos e comunidades tradicionais do Paraná. **Ethnoscintia-Brazilian Journal of Ethnobiology and Ethnoecology**, v. 7, n. 2, p. 132-154, 2022.

GÓES, L. M; PARRILI, T; FOPPA, C. Catiana. Território Guarani Sambaqui e o Complexo Portuário em Pontal do Paraná: injustiças socioambientais no ordenamento territorial, **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v.14 n.3 p. 30-56, 2020.

GÓES, L. M.; TEIXEIRA, C. F.; FARACO, L. F. D.; FOPPA, C. C. Licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura e a conservação da natureza no litoral do paraná: acordos e invisibilidades no caso da ferrovia Lapa-Paranaguá. **Guaju**, v. 7, n. 1, p. 232-256, 2021.

HONORATO, M. M.; OLIVEIRA, N. P. D.; DOMINGUES, R. J. D. S.; CREMASCHI, R. M. D. C.; COELHO, F. M. S.; SILVA, J. A. C. D. Princípio bioético da autonomia na aten o   saúde indígena. **Revista Bioética**, v. 30, p. 373-381, 2022

IBGE, 2010. **Indigenas**. <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>

LEITE, E. P.; MANASSES FILHO, J.; DOS SANTOS PALENSKE, V.; DE SOUZA, A. J. G. Olhar, ouvir e escrever: por uma etnografia dos deslocamentos indígenas em uma aldeia Mbyá Guarani no litoral do Paraná. **Ciência   minha praia**, v. 4, n. 1, 2018.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 85–103, jan. 2006.

MACHADO, A.R.A. O trabalho compulsório indígena no Grão-Pará: abrangência,

conflitos e resistências entre o fim do Antigo Regime português e o início do Estado Nacional brasileiro (1821-31). **História (São Paulo)**, v. 40, p. 1-30, 2021.

MARGARIDA, Alana Pinto; MARTINS, Patricia . Direitos Indígenas, território e resistência: notas em torno de uma aldeia Mbyá Guarani no Litoral do Paraná. **RELAcult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, 2019.

MORO, S.C.; FASSHEBER, J. R.M. **A invisibilidade humana, social e etnológica dos povos indígenas**. Bagai, 1.ed., p. 23-36, 2023.

MORO, S. C.; FASSHEBER, J. R. Marco Temporal e o Impacto na Vida das Comunidades Indígenas a Decisão do Supremo Tribunal Federal do Brasil. **Anais... VIII Congresso Internacional sobre Democracia**, Rosario, Argentina, v. único, 11p. 2022

ONOFRE, É. V.; ANTIQUERA, M. S.; QUADROS, J. Conflito socioambiental: o caso da comunidade tradicional do Maciel frente à ameaça industrial e portuária em pontal do Paraná, litoral paranaense. **Realização**, v. 5, n. 9, p. 06-13, 2018.

PIGOSSO, A. M. B.; SANTOS M.; GOLDBACH, J. Conflitos ambientais no litoral norte do Paraná: um mapeamento preliminar. **Guaju**, v. 4, n. 1, p. 107-125, 2018.

PEREIRA, M. M. B. Editorial II: sobre a revisão sistemática e a meta-análise na área da fluência. **Revista CEFAC**, v. 12, n. 1, p. 10-11, 2010.

SANTANA, P. M. S. D.; MAGALHÃES, T. Q. D. Caso Xukuru e o Bem Viver do povo Fulni-ô (PE). **Revista Direito e Práxis**, v. 13, p. 607-635, 2022.

SOUZA, M. A. R. de et al. The use of IRAMUTEQ software for data analysis in qualitative research. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 52, 2018.